

Quando a inclusão não se efetiva: a evasão de alunos surdos ou com deficiência auditiva no ensino superior

*Denise Macedo Ziliotto**
*Denise Jordão Souza***
*Fadua Ionara Andrade****

Resumo

O final do século XX evidenciou incremento importante das instituições de ensino superior no Brasil e, por conseguinte, do número de cursos e vagas disponíveis. Esta política engendrou um crescimento exponencial nas matrículas e a inserção de grupos sociais que não conseguiam vislumbrar sua presença na universidade. Neste contexto, evidenciou-se o ingresso de alunos com deficiência, decorrência também das políticas de inclusão na educação básica e das ações afirmativas de acessibilidade ao ensino superior. Contudo, a evasão que se evidencia de forma crescente nas instituições brasileiras, ocorre também neste grupo de alunos, cuja permanência é relevante em função das condições sociais e profissionais que a educação poderia possibilitar. Diante deste contexto, a investigação analisou a evasão de alunos surdos em instituição de ensino superior (IES) privada, a partir de pesquisa documental, onde dados acadêmicos do período de 2000 a 2013 por meio de estatística descritiva. Os resultados indicam que 61 % dos alunos são oriundos de escolas de educação especial, e a modalidade de ingresso com maior prevalência é o vestibular (87,88%), sendo os cursos de licenciatura a escolha de 51,52% dos estudantes que estiveram matriculados no período pesquisado. Os dados referentes às movimentações acadêmicas indicam que 66,67% dos alunos com deficiência auditiva (DA) vivenciaram mudanças em relação à organização inicial do semestre em que estavam matriculados. A evasão do grupo estudado ocorreu exclusivamente nos dois primeiros semestres do curso, o que pode indicar que as dificuldades de permanência estejam presentes desde o início do percurso acadêmico.

Palavras-chave: Evasão; Inclusão; Instituição Ensino Superior; Surdez.

* Doutora em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, São Paulo, Brasil.

** Graduada em Psicologia pela Universidade La Salle. Canoas, Rio Grande do Sul, Brasil.

*** Mestre em Educação pela Universidade La Salle. Canoas, Rio Grande do Sul, Brasil.

When inclusion is not effective: the evasion of deaf students in college

Abstract

The end of the twentieth century evidenced an important increase in college institutions in Brazil and, consequently, the number of courses and places available. This policy led to a significant increase in enrollments and the insertion of social groups that could not see their presence in the university. In this context, it was identified the inclusion of students with disabilities, as a consequence of inclusion policies in basic education and of affirmative actions of accessibility to higher education. However, the evident evasion that constantly increase in Brazilian institutions also occurs in this group of students, whose permanence is relevant due to the social and professional conditions that education could make possible. In this context, the research analyzed the evasion of deaf students in a private higher education institution (IES), based on documentary research, where academic data from years 2000 to 2013 were analyzed through descriptive statistics. The results indicate that 61% of the students come from special education schools, and the entrance channel with the highest prevalence is the vestibular (87.88%), and the undergraduate courses are the choice of 51.52% of students who have been enrolled in the period studied. Data on academic movements indicate that 66.67% of deaf students or hearing impaired (AD) experienced changes in relation to the initial organization of the semester in which they were enrolled. The evasion of studied group occurred exclusively in the first two semesters of the course, which may indicate that the difficulties of permanence are present from the beginning of the academic course.

Keywords: Deafness; Evasion; Inclusion; University.

Introdução

A década de 1990 foi marcada pelo impulso à ampliação do ensino superior, a partir de ações governamentais e das instituições educacionais. O setor privado expandiu-se de forma acelerada, as vagas ofertadas especialmente a partir da promulgação da Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996) que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Esta expansão trouxe como consequência o aumento do número de IES e ampliação de vagas oferecidas, gerando maior competitividade no mercado de serviços em ensino superior (SLHESARENKO, 2016).

Na esfera das IES públicas, a década de 2000 evidenciou maior crescimento, a partir de um grande programa de expansão do ensino superior - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Instituído pelo Decreto nº 6.096/2007 (BRASIL, 2007) teve, entre outros objetivos, tais como: criar novos cursos de graduação, aumentar o número de vagas e reduzir os índices de evasão (INEP, 2007).

Esta acelerada expansão chamou a atenção dos fundos de investimento que passaram interessar-se por este setor, gerando grupos econômicos voltados exclusivamente para a educação. Esses fundos investiram grande aporte de capital nas em-

presas educacionais, simultaneamente, empreendendo ou incentivando sistemas de reestruturação das instituições nas quais investem, usando a diminuição de custo, a simplificação administrativa, ‘profissionalizando’ a direção das IES em uma visão nitidamente empresarial (OLIVEIRA, 2009). A iniciativa atingiu os objetivos de ampliação da oferta no ensino superior e do aumento do contingente de pessoas matriculadas. De acordo com os dados do Censo da Educação Superior (CENSUP), em 2015 encontravam-se matriculados mais de 8 milhões de brasileiros, um crescimento que representa aproximadamente 40% a mais de matrículas registradas em 2007, contabilizando uma oferta de 319 títulos de graduação em 33.767 cursos em todo Brasil, quando em 2009, esse número era de 28.673 (INEP, 2015a).

Há também inquestionável ampliação do acesso aos alunos com deficiência à educação. A quantidade de matrículas de pessoas com deficiência na educação superior aumentou 933,6% entre 2000 e 2010. Estudantes com deficiência passaram de 2.173 no começo do período para 20.287 em 2010 — 6.884 na rede pública e 13.403 na rede particular. O número de instituições de educação superior que atendem alunos com deficiência mais que duplicou no período, ao passar de 1.180 no fim do século passado para 2.378 em 2010. Destas, 1.948 contam com estrutura de acessibilidade para os estudantes (BRASIL, 2012).

Do universo de alunos na educação superior brasileira - 7,3 milhões em 2013, quase 300 mil matrículas acima do registrado no ano anterior, contabilizando no período 2012-2013 crescimento de 3,8%, sendo 1,9% na rede pública e 4,5% na rede privada - as matrículas de alunos com deficiência aumentaram quase 50% nos últimos quatro anos, sendo a maioria em cursos de graduação presenciais. Em 2013 eram quase 30 mil alunos, enquanto em 2010 eram pouco mais de 19 mil (INEP, 2014).

No entanto, no que diz respeito à evasão, evidencia-se um acréscimo desordenado na taxa de desistência do curso de ingresso, quando avaliada a trajetória dos alunos entre 2010 e 2015. Em 2009, 16,6 % dos alunos abandonaram o curso para o qual foram admitidos; já em 2015, esse número chegou a 39,2%. Considerando o total de matrículas - que também registrou aumento a cada ano - é possível relativizar a efetividade das políticas públicas de ampliação do acesso aos alunos face à evasão ocorrida, como se observa no quadro a seguir:

Quadro 1 – Crescimento do índice evasão

Ano	Nº Matrículas	Taxa de Evasão
2009	5.984.322	16,6%
2010	6.407.733	30,0%
2011	6.765.540	32,4%
2012	7.058.084	35,4%
2013	7.322.964	35,5%
2014	7.839.765	37,6%
2015	8.033.574	39,2%

Fonte: INEP (2015a).

Para Silva Filho et al. (2007) a evasão universitária é um problema que interfere nos resultados dos sistemas educacionais. Estudantes que começam, porém não finalizam seus cursos, tornam-se gastos nas dimensões social, acadêmica e econômica. Para o setor público, são recursos investidos que não terão o retorno esperado. No setor privado trata-se de perda monetária, mas em ambos os casos, a evasão acaba configurando a ociosidade de docentes, funcionários, materiais e espaço físico. Alencar (2014) considera que a evasão acadêmica representa o não cumprimento do papel social que o ensino superior deve realizar, sendo a instituição também responsável pelo percurso do seu aluno no que se refere ao seu sucesso ou fracasso acadêmico. Para o autor, entender as possíveis causas que levam à evasão e pensar em medidas para a mudança desta situação é relevante.

A evasão configura-se como um problema internacional, afirmam Sousa e Maciel (2016). No contexto brasileiro, contudo, a investigação que poderia apontar fatores para a superação deste fenômeno complexo é muito restrita, segundo as autoras. Silva Filho et al (2007) afirmam ainda que “são raríssimas as IES brasileiras que possuem um programa institucional profissionalizado de combate à evasão, com planejamento de ações, acompanhamento de resultados e coleta de experiências bem-sucedidas” (p. 642).

Segundo Slhessarenko (2016) as IES têm atuado para identificar e atender necessidades de seus alunos, pois os gestores reconhecem que devido ao maior número de ofertas de vagas e o amplo número de instituições, os alunos buscam por escolhas que satisfaçam suas expectativas e que ofereçam os melhores serviços. Contudo, esta dimensão apontada pela autora supõe a concepção do aluno enquanto consumidor, o que pode reduzir a perspectiva da análise do ponto de vista das políticas educacionais. Ademais, Oliveira (2009, p. 753) salienta que “mesmo se afirmando, inclusive no texto constitucional brasileiro, que educação é um direito social e um dever do Estado, o mercado avança vorazmente, o que conota a predominância do capital financeiro sobre este setor.”

A evasão é ainda preocupante entre os alunos com deficiência, pois o ingresso desse público no ES não apresentou os mesmos índices de crescimento. Dentre a série histórica oferecida pelo CENSUP, de 2009 a 2015, nota-se que a participação dos alunos com deficiência passou de 0,8% para 1,9%. Já a evasão entre esses alunos atinge o índice de 55%. Dessa forma, para cada aluno sem deficiência evadido, há 6 alunos cursando o ES, enquanto que para cada aluno com deficiência evadido, há somente 2 cursando o ES (INEP, 2015a).

As investigações no âmbito da evasão tendem a voltar-se para grupos específicos – alunos do PROUNI (COSTA & FERREIRA, 2017; FELICETTI & FOSSATI, 2014), alunos de instituições federais (SLHESSARENKO, 2016; SOUSA & MACIEL, 2016; ALENCAR, 2014; SILVA et al.(2012); ensino privado (SILVA, 2013), ensino modalidade a distância (CISLAGHI, 2008) - havendo lacunas importantes no que se refere ao contexto das universidades privadas, da educação de jovens e adultos e, mais acentuadamente, sobre os acadêmicos com deficiência. Conforme Sousa e Maciel (2016) “embora se observe um crescimento na produção acadêmica sobre

evasão na educação superior, essa produção é, ainda, escassa” (p.177). Considerando a importância do estudo deste fenômeno, a pesquisa se propôs a analisar, através de pesquisa documental em instituição de ensino superior comunitária na região metropolitana de Porto Alegre (RS), a evasão no ensino superior de alunos surdos. A amostra é composta de 33 sujeitos, matriculados no período entre os anos 2000 e 2013/1 e que não concluíram a formação no ensino superior. Os dados foram obtidos nos registros da secretaria acadêmica da instituição e analisados estatisticamente de forma descritiva buscando estabelecer relações e análises sobre as informações coletadas.

Inicialmente serão apresentados elementos que propiciam a abordagem das questões atinentes a esta investigação: a evasão no ensino superior e a experiência do aluno com DA no contexto universitário.

Evasão no ensino superior

Cislaghi (2008) afirma que a quantificação e qualificação das questões presentes na evasão do ensino superior são muito relevantes, visto a magnitude do problema. As pesquisas realizadas referentes ao tema da evasão no ensino superior apontam para aspectos externos e internos como fatores determinantes para sua ocorrência. Silva Filho et al. (2007) afirma que as instituições públicas e privadas apontam como principal razão para evasão as condições financeiras do aluno para seguir com os estudos. Porém, tal resposta acaba por simplificar a situação posta, uma vez que as questões acadêmicas, expectativas em relação ao próprio aproveitamento e a integração do aluno no ambiente institucional, se constituem como fatores muito importantes para a sua permanência no ensino superior. Nunes (2006) mencionam três dimensões como principais causas da evasão: a dimensão acadêmica no que diz respeito aos aspectos educacionais como baixo aproveitamento em sala de aula, dificuldades em disciplinas básicas entre outros; a dimensão financeira onde situações como baixo poder aquisitivo, necessidade de emprego ou perda deste possam contribuir para as condições e possibilidades do aluno; e a dimensão pessoal como a escolha equivocada do curso, frustrações relacionadas às disciplinas, além de aspectos psicológicos e comportamentais.

Na perspectiva da escolha equivocada por um curso, Cislaghi (2008) ressalta que além deste fator, o estudante necessita se adaptar às novas demandas no processo de aprendizagem, projeto pedagógico do curso, recursos materiais, possíveis limitações no se refere ao espaço físico das IES. Para Silva et al. (2012) há um fator importante a ser destacado como possível responsável pela evasão: o descontentamento com as perspectivas profissionais. O status profissional está relacionado com o prestígio social da função e a expectativa de remuneração. Os cursos de licenciatura neste caso saíam em desvantagem visto que a desvalorização desta área é histórica. Quando estes aspectos relacionados ao status profissional não convergem, o aluno tende a abandonar o curso e buscar outro que lhe supra tais expectativas.

Baggi e Lopes (2011) consideram que como primeiro passo para uma escola de qualidade é necessário reconhecer as desigualdades, caso contrário, alunos estarão incluídos no ambiente escolar, porém poucos irão se apropriar do conhecimento que o processo de aprendizagem exige. Uma perspectiva para lidar com a evasão seria a realização da avaliação institucional, que a partir da participação da comunidade

acadêmica constituiria instrumento importante para dar visibilidade às desigualdades culturais, aos diferentes níveis de condições escolares, além dos processos acadêmicos e administrativos, contribuindo para a correção de metas e objetivos. No contexto da evasão escolar, pode antecipar fazeres institucionais que evitem a saída dos alunos.

O aluno surdo no Ensino Superior

De acordo com Ansay (2010), o aluno surdo que ingressa no ensino superior é um sujeito que superou diversas barreiras, tendo construído recursos ao longo de sua escolarização para o avanço neste contexto. Nesta perspectiva, Bisol (2010) salienta a importância de considerar a trajetória escolar pregressa do aluno com DA que ingressa no ensino superior e em qual realidade institucional este aluno busca se inserir. A universidade é um contexto novo que se constitui por normas, princípios e características do mundo ouvinte, um ambiente desafiador para o aluno com DA. Moura (2016) sugere que a escola de ensino médio pode contribuir para as dificuldades encontradas pelo aluno surdo no ensino superior, quando há ausência de orientações no sentido de esclarecer o aluno quanto ao contexto universitário e demandas que envolvam o acesso ao ensino superior.

Martins e Lacerda (2015) realizaram pesquisa que analisa as questões relativas ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o acesso de estudantes surdos no ensino superior brasileiro. Constatam que a classificação (média) alcançada por alunos com DA é de 360,82 pontos, enquanto que a média nacional dos estudantes é 478,11 pontos. O resultado pode indicar que a educação ofertada aos alunos surdos ou com DA não tem a qualidade necessária para uma aprendizagem que possibilite a estes sujeitos alcançarem os resultados exigidos para este nível de ensino.

Para Daroque (2011), falar da inclusão dos alunos surdos no ES implica em pensar na escolarização básica destes sujeitos, nas defasagens de aprendizado, nos obstáculos para a comunicação e no desconhecimento das instituições e profissionais envolvidos neste processo no que se refere às especificidades que tangem a educação dos alunos com DA. Souza (2013) em pesquisa realizada com professores de escolas do município de Andirá (PR) aponta a falta de condições e preparo por parte destes profissionais, que não se sentem capacitados para atuarem de forma satisfatória com esses alunos. Segundo Bisol (2010) grande parte dos professores e colegas são ouvintes, desconhecem as particularidades da surdez, ignoram a língua de sinais, são permeados por ideias do senso comum e alguns têm dificuldades em se relacionar com o que é diferente.

Cruz e Dias (2009) atentam para as dificuldades de comunicação encontradas pelo aluno surdo no ensino superior, sendo os ambientes escolares organizados para ouvintes e por ouvintes, onde não há uma língua compartilhada por esses alunos. Na ausência de uma língua comum a todos, torna-se quase inviável a interlocução surdos-ouvintes, fato que pode gerar outras dificuldades. Para Souza (2013) o aluno com DA está inserido no contexto escolar, porém a inclusão de fato não acontece devido à precariedade da comunicação. As especificidades presentes neste contexto são desconhecidas pelos envolvidos no processo pedagógico, ocasionando que aspectos

importantes que deixam de ser considerados durante as aulas.

Silva, Silva e Silva (2014) assinalam a pouca interação entre alunos surdos e professores sem proficiência em Libras (Língua Brasileira de Sinais), o que explica parte das dificuldades encontradas no ambiente acadêmico. O acesso à Libras e a presença de intérpretes são recursos importantes para a aprendizagem do aluno surdo ou com DA. Neste sentido Schiavon (2012) ressalta a importância do respeito às diversidades presentes nas escolas, o respeito às diferenças culturais, e, especialmente ao aluno surdo, que seja respeitada e valorizada a Libras, como condição de melhorar a aprendizagem.

Fernandes e Moreira (2014) consideram que a educação inclusiva para surdos requer uma transformação, onde aspectos socioculturais e linguísticos fossem contemplados no currículo, além da presença de professores surdos como referência de identificação para este aluno e adequação pedagógica para o ensino e avaliação do português como segunda língua. Neste sentido, Daroque (2011) indica que a formação específica do corpo docente que trabalha com o aluno com DA e a conscientização da comunidade acadêmica em geral é de suma importância para inclusão deste aluno na IES. Souza (2013) considera que a formação continuada e permanente dos professores seja aspecto fundamental para o avanço na educação inclusiva, momentos que possibilitem compartilhamentos de experiências, práticas, ações e reflexões. Para Soares (2013) as políticas públicas para a formação inicial de professores que vise a educação bilíngue não são claras, fato que dificulta o fazer docente. O autor afirma também que a formação dos professores deve perpassar toda a sua trajetória profissional na busca contínua de aprimoramento.

Bisol (2010) ainda enfatiza que as instituições precisam revisitar seus processos de ensino e aprendizagem, conhecer os aspectos relacionados à surdez, às diferenças linguísticas e culturais e à maneira que essas diferenças interferem na trajetória acadêmica dos alunos surdos. Conforme Schiavon (2012) as instituições de ensino necessitam adequar suas políticas institucionais, reformular suas concepções acerca do aluno com DA e também as premissas dos processos de inclusão não somente deste público, mas de todos os alunos.

Método

A investigação desenvolvida para analisar a evasão de alunos surdos no ensino superior tem delineamento quantitativo, descritivo e documental. De acordo com Gil (2010) a pesquisa documental é caracterizada pelo uso de dados já existentes, documentos institucionais, órgãos públicos ou outras organizações. Para esta pesquisa o levantamento dos dados foi realizado através de dados acadêmicos de instituição de ensino superior comunitária localizada na região metropolitana de Porto Alegre (RS). Conforme Silva Filho et al. (2007) a evasão no ensino superior pode ser medida em um curso, em uma área de conhecimento, desde que se tenha acesso a dados e informações pertinentes, podendo ser medida através de informações disponíveis nos setores de registro acadêmico das instituições.

Foram analisadas informações atinentes ao percurso acadêmico de 33 alunos surdos, matriculados entre 2000 a 2013, presentes na ficha do aluno digital da intranet institucional, a partir de listagem dos discentes identificada pelo Núcleo de Atendimento ao Estudante (NAE). Esta pesquisa documental e a atinente concessão de dados constam no projeto Trajetórias de escolarização e profissionalização de estudantes com deficiência no ensino superior, aprovado pela plataforma Brasil sob número 51829115.2.0000.5307. Os três pesquisadores delinearam a construção da base de dados entre março e setembro de 2017, a partir das informações obtidas no portal acessado. Foram então mapeadas variáveis demográficas - residência, data de nascimento, estado civil, escola onde cursou ensino médio - e aspectos relativos à trajetória de formação: disciplinas cursadas, mudança de curso, movimentação acadêmica, modalidade de ingresso e solicitação de trancamento e/ou cancelamento. Inicialmente foram enviados e-mails aos ex- alunos, concomitantemente à coleta de dados, apresentando a pesquisa em curso e propondo três questões abertas que investigavam sobre a continuidade da formação acadêmica, sobre o local onde estariam estudando e sobre os motivos da saída da instituição. Cogitou-se, inclusive, a possibilidade da realização de entrevistas em profundidade, com utilização de intérpretes, a partir dos retornos do contato inicial com os alunos. Os dados foram considerados e analisados a partir de estatística descritiva sendo utilizado software Microsoft Excel 2010, obtendo medidas de posição referentes à média, frequência e moda.

Apresentação e análise dos resultados

Para Sousa e Maciel (2016), o primeiro passo na direção da compreensão da evasão é identificar quem são os alunos, conhecer seu perfil socioeconômico e então “acompanhar os estudantes com potencial preditivo à evasão, criando estratégias e mecanismos para aumentar a permanência desses alunos” (p.200). Neste sentido, a investigação incide justamente na identificação dos alunos evadidos e nos possíveis fatores que estão presentes neste processo.

A busca de dados qualitativos acerca da evasão a partir do contato via e-mail não foi efetiva, não obtendo retornos, bem como a subsequente realização de entrevistas. Em busca da ampliação da coleta dos dados, cogitou-se contatar as intérpretes de libras que atuam na instituição, de modo a poder ter informações sobre estes alunos, visto que são profissionais atuantes em outras instituições de ensino e que transitam na comunidade surda. Entretanto, foi avaliado pelos pesquisadores que esta mediação não seria institucionalmente favorável e que, diante da impossibilidade de acesso, a dificuldade de obter dados diretamente a partir da população estudada é um achado da pesquisa. Este contexto visibiliza a dimensão ainda restrita da comunicação entre a comunidade surda e a comunidade acadêmica, bem como a inexistência de políticas de monitoramento da evasão na instituição de ensino, o que se estende à diversidade dos alunos que abandonaram a universidade.

A seguir são apresentados os resultados que buscam caracterizar a amostra de 33 alunos que compõem esta investigação. A distribuição relativa à idade dos alunos surdos que estiveram matriculados no período de 2003 a 2013 na instituição é: de 20 a 39 anos 57,58%, de 40 a 59 anos 36,36%, e mais de 60 anos 6,06%. A idade que

mais incide sobre a amostra é a de 20 anos, o mostra a predominância de um público jovem entre os alunos com DA matriculados, sugerindo a ocorrência da (s) primeira (s) experiência de ingresso no ensino superior.

Estes dados sugerem que há um percentual importante de alunos que se inseriram no ensino superior após período estendido da conclusão do ensino médio. Nesta contingência, a necessidade de nivelamento dos conhecimentos, de desenvolvimento de novas rotinas de aprendizado e estudo e a possível concomitância entre estudo e trabalho estejam presentes e tencionem o desempenho e a adaptação do discente à universidade.

Predominaram sujeitos do sexo feminino 57,58%, sobre o masculino 42,42%. Em relação ao estado civil 81,82% são solteiros, 15,15% casados, e 3,03% não informaram. Em relação à residência, 51,52% moram na capital do estado (Porto Alegre), 33,33% na região do Vale do Rio dos Sinos, 9,09% em outros municípios da Região Metropolitana e 6,06% não declararam. A questão do deslocamento se impõe, portanto, para muitos alunos, o que considerando as dificuldades e custos da mobilidade podem constituir fatores dificultadores à permanência, pois somente 30 alunos moram na mesma cidade onde estudam.

No que se refere aos estabelecimentos de conclusão do ensino médio, as escolas de educação especial são as instituições de origem de 61% de alunos surdos, seguido de escolas de ensino regular (30%), e de educação de jovens e adultos (EJA) 3%. Esta informação indica, considerando a idade dos alunos, que sua escolarização foi predominante em escolas especiais, modalidade que vigorava como diretriz no momento em que cursavam o ensino fundamental.

A forma de ingresso conforme prevalência no ES entre os alunos surdos se apresenta na seguinte distribuição: 87,88% prestaram vestibular, 6,06% ingressaram via transferência de outras instituições, 3,03% ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e 3,03% extra vestibular; ou seja, 32 alunos ingressaram via vestibular e os demais se pulverizam em outras quatro formas de ingresso. Em relação a este aspecto, cogita-se que as políticas de acessibilidade ao ES como o PROUNI (Programa Universidade para Todos) e o ENEM não contemplaram ou necessitaram ser utilizadas por estes acadêmicos, podendo-se refletir sobre o alcance destas ações para esta população.

Em relação às áreas de conhecimento e formação escolhidas pelos alunos em sua graduação, estão assim distribuídas: Administração (4), Ciências Biológicas (2), Ciências Contábeis (3), Ciências da Computação (3), Direito (1), Geografia (1), História (3), Logística (1), Matemática (1) Pedagogia (9), Psicopedagogia (2), Química (1) e Redes de Computadores (2). Neste contexto os cursos de licenciatura são a escolha de 52% de alunos, podendo-se atribuir às políticas de ingresso facilitadas para estes cursos, em oposição à característica dos cursos de tecnologia e ciências aplicadas, podendo ter favorecido sua opção pelo vestibulando. Também pode-se cogitar acerca das expectativas sociais remetidas aos profissionais com deficiência, que encontram resistências no reconhecimento de suas competências no mundo do trabalho. Como

afirmam Coutinho, Rodrigues e Passerino (2017), o contexto social ainda não assume a acessibilidade como uma condição social a ser garantida, prevalecendo o “antigo paradigma da integração convivendo com o almejado processo de inclusão” (p. 276). Neste sentido, o âmbito da educação pode ser visto também como potencialmente mais inclusivo do que outros setores econômicos.

Foram verificadas trocas de curso durante o percurso acadêmico somente para 11 alunos matriculados (18,18%), prevalecendo nestes casos os cursos tecnológicos e de licenciatura onde há permanência de no máximo dois semestres cursados. Os dados referentes às movimentações acadêmicas indicam que 66,67% dos alunos surdos vivenciaram mudanças em relação à organização inicial do semestre em que estavam matriculados, especialmente em relação às disciplinas escolhidas. São descritas na documentação analisada, inúmeros ajustes de horário (alteração do dia em que o aluno cursaria) ou troca de disciplinas. Ao investigar o detalhamento das informações que explicitam este processo na documentação do aluno, a ocorrência remete sistematicamente às realocações de intérpretes de Libras, face ao necessário contingenciamento para atendimento de alunos. Esta ação, portanto, é uma intencionalidade da instituição e não uma demanda do discente, possivelmente tendo reflexos sobre o percurso idealizado originalmente pelo aluno, como também na ordenação prevista para a aquisição de conhecimentos nas disciplinas, postulada na matriz curricular dos cursos.

Importante ressaltar que a evasão dos alunos surdos ocorre exclusivamente nos dois primeiros semestres do curso, sendo que o índice no primeiro semestre é de 42% e no segundo semestre 58%. Considerando este período como momento de apropriação e inserção no ensino superior, pode-se cogitar a dificuldade imediata dos alunos com o contexto vivenciado. A importância do acompanhamento do estudante a partir de setor específico nas instituições, a criação de dispositivos que possam garantir a acessibilidade, bem como o desenvolvimento da cultura inclusiva no âmbito universitário são condições que podem reverter esta evasão em momento de visível adaptação.

Embora 42,43% dos alunos surdos não tenham informado à instituição o motivo de sua evasão, o que compromete o entendimento da totalidade das razões que atingem este grupo analisado, 15,15% dos alunos atribuem a motivos financeiros; 9,09% motivos pessoais; 6,06 % mudança de estado e problemas de saúde; 3,03% transferência, retorno a instituição de origem ou reopção de curso; 3,03% repensar o curso e prestar vestibular em outra instituição; e 3,03% remetido igualmente ao horário de trabalho e nascimento de filhos. Estes fatores não se distanciam dos aspectos apontados por Nunes (2005) e Silva Filho et al. (2007) que apontam as condições financeiras e as dimensões acadêmicas e pessoais ao analisar as causas da evasão no Ensino Superior. Tal evidência confirma que elementos presentes e dificultadores para os alunos ingressantes no ensino superior incidem também neste grupo de alunos, considerando, entretanto, que a condição de sua diferença possivelmente implica desafios e superações maiores no contexto universitário.

No entanto, Silva Filho et al. (2007) consideram que os fatores econômicos, frequentemente e majoritariamente apontados constituem 'uma simplificação', pois fatores relativos à expectativa do aluno para com a formação, a integração na IES e questões de ordem acadêmica seriam, na maioria das vezes, os principais fatores que concorreriam para que o estudante analisasse o investimento de tempo ou financeiro, para conclusão do curso. "Ou seja, ele acha que o custo benefício do 'sacrifício' para obter um diploma superior na carreira escolhida não vale mais a pena" (SILVA FILHO, et al. 2007, p. 643).

Portanto, a relevância da investigação acerca da evasão reside de um lado, na incipiência de indicadores que possam oferecer tanto a compreensão quanto a intervenção neste fenômeno, e de outro, no alarmante crescimento de sua ocorrência. Se a evasão não figurou como um processo preocupante diante da ampliação exponencial da educação superior por duas décadas, o cenário atual de estabilização e mesmo retração do contingente de candidaturas tende a redefinir a atenção ao contingente de alunos que se exclui - ou é excluído - do âmbito universitário.

Considerações finais

A investigação propôs analisar a evasão de alunos surdos em instituição privada, a partir de pesquisa documental, perfazendo o período de 2000 a 2013. A coleta de dados foi realizada a partir das informações acadêmicas registradas pela IES durante a permanência do estudante, sendo analisadas por meio de estatística descritiva.

As escolas de educação especial são as instituições de origem de 61% de alunos com DA na conclusão do ensino médio, 30% vêm de escola regular, 6% não especificam e 3% concluem o ensino médio em EJA. A forma de ingresso no ES de maior prevalência 87,88% é a modalidade do vestibular. Os cursos de licenciatura são a escolha de 51,52% de alunos que estiveram matriculados no período pesquisado, seguidos por cursos da área de Ciências Humanas 27,27%, Tecnólogos 12,12% e Ciências Exatas 9,09%, dados que podem refletir o incentivo das políticas públicas para a formação de professores. Os indicativos referentes às movimentações acadêmicas revelam que 66,67% dos alunos surdos vivenciaram mudanças em relação à organização inicial do semestre em que estavam matriculados, especialmente em relação às disciplinas escolhidas. Esta situação relaciona-se diretamente a realocações de intérpretes de Libras, ação utilizada pela instituição para organizar o atendimento aos alunos, distribuindo os profissionais especializados diante da demanda existente. Importante salientar que a evasão dos alunos com DA ocorre exclusivamente nos dois primeiros semestres do curso, sendo que o índice no primeiro semestre é de 42% e no segundo semestre 58%, o que pode nos levar a crer que as dificuldades de permanência estejam presentes já no início da trajetória acadêmica.

Entre os motivos da evasão evidenciados na investigação, os financeiros constituem 15,15%, pessoais 9,09%, saúde e mudança de estado 6,06% (cada um). Horário de trabalho, retorno à instituição de origem, opção por outro tipo de curso (Libras), transferência, avaliação do curso, vestibular em outra instituição e nascimento do segundo filho, são motivos que obtiveram percentual idêntico de 3,03%,

explicitando diversas contingências presentes na interrupção do curso.

Como limitações da presente pesquisa assinalam-se a dificuldade de acesso e contato com os sujeitos, potencialidade que ampliaria significativamente a compreensão do fenômeno da evasão. A tentativa de contato via e-mail não foi efetiva e não há dados na IES sobre a evasão acadêmica além da aferição sistemática, o que também impede a comparação qualitativa de aspectos levantados pela presente investigação. Neste sentido, sugerem-se estudos comparativos com outros grupos e ampliação dos resultados a partir de pesquisa de campo, podendo trazer elementos que auxiliem na elucidação da temática investigada.

Referências

- ANSAY, Noemi Nascimento. A Inclusão de Alunos Surdos no Ensino Superior. **Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia**, Curitiba v.1, p. 1-141, 2010. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ZclwZl-pBPgJ:periodicos.unespar.edu.br/index.php/incantare/article/download/174/175+&cd=1&chl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt>. Acesso em: 25 abr. 2017.
- ALENCAR, Liliana de Mello Braz. **A evasão discente no contexto da reestruturação universitária: o caso dos cursos de administração e ciências contábeis da Universidade Federal do Espírito Santo**. 2014. 205 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/1203/1/A%20evasao%20discente%20no%20contexto%20da%20reestruturacao%20universitaria%20%3A%20o%20caso%20dos%20cursos%20de%20Administracao%20e%20Ciencias%20Contabeis%20da%20Universidade%20Federal%20do%20Espirito%20Santo.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2017.
- BAGGI, Cristiane Aparecida dos Santos; LOPES, Doraci Alves. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v.16, n. 2, p. 355-374, July 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772011000200007&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso: 25 abr. 2017. <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772011000200007>>.
- BISOL, Cláudia Alquati et al. Estudantes surdos no ensino superior: reflexões sobre a inclusão. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 40, n. 139, p. 147-172, Abr. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742010000100008&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em : 14 abr. 2017.
- BRASIL. Lei nº 9.394. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 30 ago. 2017.
- BRASIL. Decreto nº 6.096. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI**. Brasília, 2007. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 12 ju. 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino Superior: Em 10 anos, número de matrículas de alunos com deficiência sobe 933,6%**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/18124-em-10-anos-numero-de-matriculas-de-alunos-com-deficiencia-sobe-9336>. Acesso: 20 abr. 2017.
- CISLAGHI, Renato. **Um Modelo de Sistemas de Gestão do Conhecimento em um Framework para a Promoção da Permanência Discente no Ensino de Graduação**. 2008. 273 f. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Programa de Pós Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <http://btd.egc.ufsc.br/wp-content/uploads/2010/06/Renato-Cislaghi.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2017.
- COSTA, Danielle Dias da; FERREIRA, Norma-Iracema de Barros. O PROUNI na educação superior brasileira: indicadores de acesso e permanência. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 22, n. 1, p. 141-163, jun. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772017000100141&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 07 maio. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772017000100008>.
- COUTINHO, Kátia Soares; RODRIGUES, Graciela Fagundes; PASSERINO, Liliana Maria. O Trabalho de Colaboradores com Deficiência nas Empresas: com a Voz os Gestores de Recursos Humanos. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 23, n. 2, p. 261-278, Jun 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382017000200261&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 16 Jun. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-65382017000200261>.

org/10.1590/s1413-65382317000200008

CRUZ, José Ildon Gonçalves da; DIAS, Tércia Regina da Silveira. Trajetória escolar do surdo no ensino superior: condições e possibilidades. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 15, n. 1, p. 65-80, abr. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382009000100006&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 30 jun. 2017. <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382009000100006>>.

DAROQUE, Samantha Camargo. **Alunos Surdos no Ensino Superior: uma discussão necessária**. Piracicaba, SP. 2011. 92 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba. 2011. Disponível em: https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/docs/03062013_143934_samantha.pdf. Acesso em: 24 jul 2017.

FELICETTI, Vera Lucia; FOSSATTI, Paulo. Alunos ProUni e não ProUni nos cursos de licenciatura: evasão em foco. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 51, p. 265-282, mar. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602014000100016&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 07 abr. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602014000100016>.

FERNANDES, Sueli; MOREIRA, Laura Ceretta. Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro. **Educ. rev.**, Curitiba, n. spe-2, p. 51-69, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602014000600005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 05 maio 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.37014>.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censup- Censo da Educação Superior 2015**. 2015a. Disponível em: http://sistemascensosuperior.inep.gov.br/censosuperior_2017/. Acesso em: 30 Abril 2017.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **InepData - Consulta de Informações Educacionais**. 2015b. Disponível em: <<http://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Matrículas no ensino superior crescem 3,8%**. 2014. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/matrículas-no-ensino-superior-crescem-3-8/21206. Acesso em: 30 abr. 2017.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Reuni: Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Diretrizes Gerais**. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2017.

NUNES, Getúlio Tadeu. **Abordagem do Marketing de Relacionamento no Ensino Superior: um estudo exploratório**. 2005. 149 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/102362/225160.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

MARTINS, Diléia Ap.; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa. Exame Nacional do Ensino Médio e acesso de estudantes surdos ao Ensino Superior Brasileiro. **Pro-Posições**, Campinas, v. 26, n. 3, p. 83-101, dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v26n3/0103-7307-pp-26-03-0083.pdf>. Acesso em: 14 maio 2017. <<http://dx.doi.org/10.1590/0103-7307201507804>>.

MOURA, Adelson Fidelis de. **Acesso ao ensino superior: a experiência do aluno surdo no ensino médio**. 2016. 107 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, Bauru, 2016. Disponível em: http://projetoredes.org/wp/wp-content/uploads/moura_af_me_bauru.pdf. Acesso em: 05 set. 2017.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n108/a0630108.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302009000300006>.

SCHIAVON, Daiane Natalia. **Práticas pedagógicas com alunos surdos: sala de recursos e classe comum**. 2012. 111f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Programa de Pós Graduação em Educação Escolar, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2012.. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/901116/schiavon_dn_me_arafcl.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 22 jul. 2017.

SILVA, Carine Mendes da; SILVA, Daniele Nunes Henrique e; SILVA, Renata Carolina da. Inclusão e processos de escolarização: narrativas de surdos sobre estratégias pedagógicas docentes. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 19, n. 2, p. 261-271, jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v19n2/09.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2017. <<http://dx.doi.org/10.1590/1413-737222245009>>.

SILVA, Francisca Islandia Cardoso da et al.. Evasão escolar no curso de educação física da Universidade

Federal do Piauí. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 17, n. 2, p. 391-404, jul. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v17n2/06.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2017. <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772012000200006>>.

SILVA, Glauco Peres da. Análise de evasão no ensino superior: uma proposta de diagnóstico de seus determinantes. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 18, n. 2, p. 311-333, jul. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v18n2/04.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772013000200005>.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo et al.. A evasão no ensino superior brasileiro. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 641-659, dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0737132>. Acesso em: 25 abr. 2017. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742007000300007>>.

SLHESSARENKO, Michelli. **Atração e retenção de alunos nos cursos superiores de uma instituição pública**. 2016. 162 f. Dissertação (Mestre em Administração) – Programa de Pós Graduação em Administração, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2016. Disponível em: http://www.bc.furb.br/docs/DS/2016/361476_1_1.pdf Acesso em 25 Abril 2017.

SOARES, Rúbem da Silva. **Educação bilíngue de surdos**: desafios para a formação de professores. 2013. 126 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-27062013-152059/pt>. Acesso em: 30 jun. 2017.

SOUSA, Andréia da Silva Quintanilha; MACIEL, Carina Elisabeth. Expansão da Educação superior: permanência e evasão em cursos da Universidade Aberta do Brasil. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 32, n. 4, p. 175-204, dez. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982016000400175-8&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 16 jul. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698161689>.

SOUZA, Marcia Cristina de. **Contextos Educacionais Inclusivos de Alunos Surdos**: Ações frente à realidade inclusiva de professores de matemática da educação básica. 2013. 219 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) – Programa de Pós Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000184020>. Acesso em: 12 jun. 2017.

Correspondência

Denise Macedo Ziliotto – Avenida Professor Mello de Moraes, 1721 - Butantã, São Paulo. CEP: 05508-030. São Paulo, São Paulo, Brasil.

E-mail: dmziliotto@feevale.br – djordao10@gmail.com – fadia.andrade@unilasalle.edu.br

Recebido em 7 de agosto de 2017

Aprovado em 30 de abril de 2018



This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0)